

A EMERGÊNCIA DOS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS FECHADOS, GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO URBANO

The emergence of gated communities, economic globalization and the transformations of urban space

La emergencia de los condominios residenciales cerrados, globalización económica y las transformaciones del espacio urbano

Michele Rodrigues Bizzio¹

Recebido em: Maio de 2018. **Publicado em:** Dezembro de 2018.

Resumo: O presente artigo visa abordar as mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas processadas no último quartel do século XX, genericamente denominadas de globalização econômica, que possibilitaram a emergência dessa nova forma de organização social e espacial, os condomínios residenciais fechados. Para isso, enfatizamos as transformações do espaço urbano, partindo do pressuposto que tais mudanças favoreceram o aparecimento desse tipo de empreendimento. A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica.

Palavras-chave: urbanização privada; economia global; cidades.

Abstract: *The present article seeks to address the social, cultural, political and economic changes that occurred in the last quarter of the 20th century, generally called economic globalization, that allowed the emergence of this new form of social and spatial organization, the gated communities. For this, we emphasize the transformations of the urban space, starting from the assumption that such changes favored the appearance of this type of enterprise. The methodology used consisted of a bibliographic review.*

Keywords: *private urbanization; global economy; cities.*

Resumen: *El presente artículo tiene por objeto abordar los cambios sociales, culturales, políticos y económicos procesados en el último cuartel del siglo XX, generalmente denominadas de globalización económica, que posibilitaron emergencia de esta nueva forma de organización social y espacial, los condominios residenciales cerrados. Para ello, enfatizamos las transformaciones del espacio urbano, partiendo del supuesto de que tales los cambios favorecieron la aparición de este tipo de emprendimiento. La metodología utilizada consistió en una revisión bibliográfica.*

Palabras claves: *urbanización privada; economía global; las ciudades.*

¹ Licenciada e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Araraquara. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Sociais da UNESP/Araraquara (2015). Professora contratada de Sociologia pelo IFSP, campus Birigui (2017). michelebizzio@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nos anos 90 do século XX foi notória a presença de uma **nova modalidade construtiva** no espaço urbano das mais diversas metrópoles do mundo. Referimo-nos aos condomínios **residenciais horizontais fechados**. O que já aparecia como tendência nos anos 80 do mesmo século se concretiza e se prolifera rapidamente, abarcando também cidades menores, como no caso do Brasil.

Os condomínios residenciais fechados, segundo Caldeira (2000), fazem parte de um processo mais amplo de fortificação do espaço urbano, que inclui maior *separação* e *isolamento* de algumas classes sociais do resto do tecido urbano; *controle*, através de modernas tecnologias de segurança; *privatização* de espaços outrora públicos; e, conseqüentemente, a *fragmentação* do espaço urbano. Cada vez mais, as cidades tendem a se aparecer uma colcha de retalhos (REIS, 2006).

Porém, os empreendimentos desse tipo não podem ser encarados como um fenômeno isolado de mudanças mais amplas ocorridas no espaço urbano, pelo menos, nas últimas quatro décadas. A investigação do fenômeno da fortificação dos empreendimentos imobiliários abrange um complexo quadro de questões sociais presentes na sociedade contemporânea, desde a difusa sensação de medo e insegurança até a autocriação dos agentes econômicos de espaços privados. É um fenômeno que revela as profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, e ainda em pleno desenvolvimento nas primeiras décadas do século XXI, na economia, na política e na cultura. Como fenômeno social expressa também as mudanças ocorridas nas formas de vida e nas interações sociais, nos valores e nas concepções de mundo. No limite, não se trata somente de novos desenhos e formas que o espaço social passa a possuir, mas, sobretudo, de como o espaço público está sendo avaliado e compreendido pelos indivíduos e coletividades. Logo, o fenômeno da fortificação parece estar ligado às dinâmicas não apenas locais e regionais, mas àquelas que ultrapassam os limites do território nacional e que estão formando o espaço global. Acreditamos que o fenômeno da fortificação ou o retorno dos muros está intimamente ligado ao processo denominado, de forma genérica, de globalização e das suas conseqüências no espaço urbano.

MATERIAIS E MÉTODOS

Partindo da sociologia compreensiva, buscamos traçar nexos de sentido entre o processo de fortificação do espaço urbano e a mudanças sociais, políticas e econômicas do último quartel do século XX. Para atingir tal objetivo utilizamos a revisão bibliográfica disponível sobre a temática da globalização como metodologia de pesquisa.

O presente artigo faz parte da dissertação de mestrado defendida no ano de 2015, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP de Araraquara, intitulada

Condomínios residenciais fechados: a urbanização do Grupo Encalso Damha em São Carlos – SP (2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Globalização

Como bem nos alerta Zolo (2006), o termo globalização tornou-se, no último quartel do século XX, um conceito generalíssimo, capaz de abranger processos muitos complexos e âmbitos sociais muito diferenciados, como a economia, os meios de comunicação social, a política interior e internacional, a ecologia, o direito, as estratégias militares. Como categoria explicativa generalíssima, uma espécie de novo paradigma do mundo contemporâneo, o conceito tem trazido consigo o risco de uma inflação linguística e de uma crescente polissemia conceitual, além de posições políticas e doutrinárias, o que pode gerar mais confusão do que esclarecimento acerca de processos e relações sociais. Dessa forma, longe de querer esgotar o conceito, buscamos estabelecer conexões de sentido entre o fenômeno da globalização econômica e política, principalmente, com as mudanças ocorridas no espaço urbano que possibilitaram a emergência e a legitimação dos condomínios residenciais horizontais.

Como observa Santos (2005), a globalização atual está apoiada em uma base técnica, desenvolvida, principalmente, durante a Segunda Guerra Mundial. O desenvolvimento de novas tecnologias da informação, como a internet e a comunicação via satélite, por exemplo, desenvolvidas para o uso militar, findada a guerra, possibilitou uma maior integração do planeta através da comunicação instantânea em níveis antes desconhecidos. Também permitiu a superação das distâncias através das redes de fibra ótica marítimas, capazes de transportar as informações com rapidez e qualidade. A partir dessa base tecnológica, o capitalismo pode tornar-se cada vez mais internacionalizado. Na análise filosófica de Danilo Zolo (2006), na economia globalizada os fatores de produção apresentam uma taxa de interdependência, de integração e de abertura que não tem precedentes na história da humanidade. A concentração de força econômica e política nos grandes atores sociais permitiu que os mais diversos espaços fossem abarcados e colonizados, transformados em valor ou em meio para obtenção de mais valor e, conseqüentemente, de mais poder. No livro *Declínio Global. A fome, o patíbulo e a guerra* Zolo (2010) sintetiza o fenômeno da globalização como um processo social inaudito que transforma radicalmente o senso da realidade:

Mesmo nas democracias do Estado de bem-estar atualmente reinam sobre muitos – certamente não para todos – a insegurança e o medo. Mesmo no Ocidente a globalização corrói as estruturas de proteção e de solidariedade social, expondo a vida dos sujeitos mais fracos aos riscos de um mundo dominado pela competição implacável, pela repressão policial, pela tortura, pela marginalização racista dos “diversos”, pela violação dos direitos humanos. De uma maré crescente de solidão

e frustração emerge uma ilimitada reivindicação de proteção e uma febril exigência de segurança e incolumidade que se apodera dos cidadãos indiferentemente de suas posições sociais, dos seus níveis culturais e das suas crenças religiosas. (p.11)

A importância da análise sociológica do sentido e dos efeitos da livre mobilidade das forças sociais nacionais, transnacionais e globais nos espaços locais, regionais, nacionais e globais também foi destacada por Saskia Sassen (1998) em seus estudos acerca da mobilidade espacial do capital:

a **localização dos espaços transnacionais em territórios nacionais** define a atual fase da economia mundial. Esta nova configuração cada vez mais vem sendo denominada economia global, para distingui-la de formações anteriores, tais como os antigos impérios coloniais ou o sistema econômico internacional do período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, nos quais os governos desempenharam fundamental papel regulamentador no comércio internacional, nos investimentos e nos mercados financeiros (p. 12, *grifos nossos*).

Porém, como aponta Milton Santos (1998; 2005), se a globalização econômica pressupõe integração e mobilidade – dos capitais, dos mercados, das finanças, da produção, etc. – no território nacional esse processo implica fragmentação e radical reedificação de sentido. Segundo o autor, a globalização econômica pressupõe a formação de uma rede global, que incide sobre o território nacional de forma vertical, uma vez que sua lógica de funcionamento atende a fatores exógenos, subvertendo o meio em que está situado. Simultaneamente as redes e aos seus pontos verticais, há no território o que o autor denomina de horizontalidades, constituídas por espaços que atendem a fatores endógenos ao seu próprio meio e que tendem a se enfraquecer com a presença das verticalidades, pois a construção dos espaços de fluidez necessários aos atores hegemônicos da economia globalizada são governados pelas metas e destinos específicos de cada empresa transnacional, e não mais por atores nacionais, o que acarreta distorções, fragmentações, exclusões, perda de solidariedade, esquizofrenia e alienação territorial.

Os territórios tendem a uma **compartimentação** generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional. Esses movimentos são paralelos a um processo de **fragmentação** que rouba às coletividades o comando do seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto. [...] (SANTOS, 2005, p. 80, *grifos nossos*).

Saskia Sassen ressalta que os discursos acerca da globalização têm focado a hipermobilidade do capital, o poder das empresas transnacionais, e com isso sugerem que estamos vivenciando a anulação do lugar e da distância. Contudo, esse discurso tem neutralizado e impedido uma maior compreensão sobre a natureza social deste processo. Como aponta Sassen (1998), a dispersão territorial facilitada pelos avanços nas telecomunicações gerou, em contrapartida, a concentração

das atividades de comando em certas cidades, que a autora denomina de lugares estratégicos para os setores líderes da economia, ou cidades globais. Nessas cidades globais predominam os serviços que tornam possível a economia corporativa avançada, e elas demandam uma vasta rede de infraestrutura tecnológica. São exemplos de cidades globais: Nova York, Londres, Tóquio, Paris, Frankfurt, Zurique, Amsterdã, Sydney, Hong Kong, São Paulo e Cidade do México. Nos estudos de Sassen, a grande novidade é que as cidades globais estão conectadas por um sistema urbano transnacional, e não mais pelas regiões, que respondiam aos imperativos nacionais. Dessa forma, criam-se outros arranjos e novos desafios aos sistemas urbanos e as cidades após os anos 80 do século XX.

Cidades tradicionalmente importantes orientadas para a produção industrial, por exemplo, começam a atravessar um período de decadência² com a fuga de algumas indústrias e a falência de outras, acompanhadas de uma diminuição demográfica. Outras cidades, em contrapartida, conhecem um crescimento vertiginoso das indústrias e de setores dinâmicos da economia e da população. O sistema urbano anteriormente estabelecido começa a se modificar e a operar abalos em quase todas as cidades do mundo, o que implica profundas mudanças em vários níveis. Logo, a globalização gera a criação de uma nova desigualdade interurbana, orientada por uma dinâmica transnacional, ao invés da nacional, acompanhada de um vasto território que se torna cada vez mais periférico e cada vez mais excluído dos grandes processos econômicos que alimentam o crescimento econômico na nova economia global.

As zonas de produção, os centros de turismo e os grandes centros comerciais e financeiros constituem três tipos de locais para a implantação dos processos globais. [...] A implantação dos processos globais parece ter contribuído para aumentar a separação ou desarticulação entre as cidades e setores existentes nessas cidades que se articulam com a economia global e setores em que isso não ocorre. Trata-se de uma **nova espécie de desigualdade interurbana**. A nova desigualdade se diferencia das formas de desigualdade há muito presentes nas cidades e nos sistemas urbanos nacionais devido ao fato de **resultar da implantação de uma dinâmica global**, seja ela a internacionalização da produção e das finanças ou o turismo internacional (SASSEN, 1998, p. 56, grifos nossos)

Bauman (1999; 2009) ressalta que a mobilidade das finanças, do comércio, da informação e das pessoas, por um lado, pode ser experimentada como liberdade, mas, por outro lado,

² Um dos casos mais emblemáticos do processo citado é o da cidade de Detroit, nos Estados Unidos. A cidade foi o berço da indústria automobilística americana na primeira metade do século XX, e a quarta maior cidade dos Estados Unidos. Porém, com a reestruturação econômica, na segunda metade daquele século, houve a fuga do setor para outros estados e países, ocasionando perda de população e de recursos financeiros. Em 2013, segundo Freitas (2014), a cidade decretou falência, e desde então vem procurando meios para sair da crise. Atualmente, Detroit possui uma população de 700 mil habitantes, número bem inferior ao da década de 70, que era de 1,8 milhões.

representa a decadência da importância do lugar. Isso porque, a libertação do espaço vivenciada por algumas camadas sociais e empresas transnacionais significa libertar-se das responsabilidades com o local. Essas responsabilidades dizem respeito tanto aos deveres morais e políticos das elites com o seu entorno, quanto aos impostos e taxas fiscais que as empresas pagavam as localidades onde se instalavam. A nova mobilidade da qual fala Bauman, significou a perda desses dois tipos de responsabilidades antes conferidos aos lugares, o que implica na impossibilidade de domesticação e de apropriação da localidade por amplas camadas sociais, chamadas pelo autor de “condenados a localidade”, já que não podem libertar-se do lugar e o discurso da mobilidade da “nova era global” não faz o menor sentido.

Dessa forma, dada a assimetria de poder e de mobilidade conferidas aos diferentes atores sociais da globalização econômica, as cidades acumulam os problemas causados pela globalização, embora possuam poucas formas de enfrentá-los. Os cidadãos e os seus governantes se deparam com o desafio de encontrar soluções locais para contradições globais, o que torna as cidades “campos de batalhas” entre poderes globais e locais, já que os dois níveis devem se articular para encontrar soluções satisfatórias.

As cidades contemporâneas são os campos de batalha nos quais os poderes **globais** e os sentidos e identidades tenazmente **locais** se encontram, se confrontam e lutam, tentando chegar a uma solução satisfatória ou pelo menos aceitável para esse conflito [...] É esse confronto geral, e não algum fator particular, que aciona e orienta a dinâmica da cidade na modernidade líquida – de todas as cidades, sem sombra de dúvida, embora não de todas elas no mesmo grau. (BAUMAN, 2009, p. 35, *grifos do autor*)

A consciência de que as cidades estavam passando por um profundo processo de mudança deu-se já nos 70 e 80 do século XX. Com a dispersão industrial e a crescente mobilidade do capital, surge o que alguns autores chamam de urbanização dispersa, ou de espraiamento das cidades.

As investigações sociológicas efetuadas por Giandomenico Amendola (2000) acerca das dinâmicas sociais nos anos 80 do século XX apontam para as limitações das teorias sociais que afirmavam o fim das cidades e que tiveram uma grande ressonância. As cidades de outrora, marcadas pela presença das indústrias, cediam lugar aos serviços; o centro tradicional, bem delimitado, parecia dissolver-se em diversos outros centros nas periferias; os subúrbios estendiam-se para as áreas rurais formando grandes vazios urbanos e tornando impossível uma delimitação clara entre o campo e a cidade; a população urbana diminuía, e a cidade de outrora, com crescimento populacional vertiginoso, parecia fazer parte do passado. Muitos foram os teóricos que decretaram a morte das cidades nesse período, mas, o que parecia ser a morte da cidade, segundo o autor, logo se transformou na consciência de que a cidade tradicional estava passando

A emergência dos condomínios residenciais fechados, globalização econômica e as transformações do espaço urbano

por profundas transformações e que os instrumentos analíticos e descritivos tradicionais tornavam-se cada vez mais insuficientes para dar conta da nova realidade urbana.

Para Amendola (2000), o termo cidade pós-moderna foi cunhado e amplamente utilizado desde então para expressar essa nova realidade, e buscava dar conta da indefinição das cidades atuais, em contraste com a cidade de outrora, com características bem definidas:

No momento de sua crise mais intensa, a cidade parece ter encontrado novamente a antiga capacidade de reinventar-se e renascer. Muitos definem esta nova realidade urbana em formação como a **cidade pós-moderna**, não por convicções mas porque, provavelmente, não há melhor meio para descrever uma **situação muito fluída e incerta** que recorrer ao contraste com um passado bem conhecido e definido. (p. 21, grifos nossos)

Soja (1998), ao estudar a cidade de Los Angeles, chama a atenção para as transformações ocorridas no espaço urbano e a necessidade de se repensar as categorias clássicas da análise urbana, tendo em vista que o desenvolvimento metropolitano já não era mais o mesmo. O que parecia ser um intenso processo de suburbanização começou a ser pensado como a transformação da cidade tradicional, e a constituição da cidade pós-moderna.

As dinâmicas do desenvolvimento metropolitano já não são, hoje, tão decididamente **monocêntricas**, tão determinadas por um modelo singularmente polarizado de forças centrífugas e centrípetas, por um padrão de crescimento urbano que gira em torno do centro definitivo da cidade. A nova metrópole é crescentemente “descentralizada” e cada vez mais um **mosaico** de desenvolvimento geograficamente desigual sobreposto às lentas concentricidades e cunhas setoriais da clássica cidade capitalista industrial. A mistura das novas e velhas formas (visto que as velhas certamente não desapareceram) está hoje desafiando nossas definições convencionais de urbano, suburbano, exurbano e rural, obrigando-nos a repensar as premissas básicas da teoria e da análise urbana. (SOJA, 1998, p. 154, *grifos nossos*)

No Brasil, um dos primeiros autores a perceber esse processo de dispersão metropolitana foi Santos (2008), pois “paralelamente ao crescimento cumulativo das maiores cidades do país, estaria havendo um fenômeno de desmetropolização, definida como a repartição, com outros grandes núcleos, de novos contingentes de população urbana (p. 91)”. Santos observou que a partir dos anos de 1990, a taxa demográfica da capital paulista continuava crescendo, embora em ritmo e número muito menor a verificada em cidades menores do estado. Dessa forma, conclui que estaria ocorrendo a expansão da metrópole, e não a sua decadência, e que só superficialmente a dialética metropolização e desmetropolização eram processos antagônicos. O que Santos colocava em questão era que a dispersão industrial, que vinha ocorrendo desde os anos de 1970, através de

estímulos governamentais³, a partir de grandes eixos rodoviários⁴, estava levando a um processo de dispersão populacional, ou seja, as cidades médias começavam a receber grandes números de contingentes populacionais e iriam requerer cada vez mais uma mão de obra qualificada, o que tornaria essas cidades *locus* privilegiado da classe média. Paralelamente, a cidade de São Paulo tornava-se cada vez mais uma cidade onipresente, informacional, por onde as outras cidades do país teriam que passar para se integrar a economia globalizada. Sendo assim, a dispersão industrial a partir de São Paulo não significou uma desconcentração do poder da metrópole, ao contrário, aumentou sua esfera de influência, agora presente na sua capacidade informacional, ao invés da sua capacidade industrial.

Para Harvey (2005), uma das saídas encontrada pelos governos urbanos para lidarem com os efeitos decorrentes da globalização econômica e com os problemas urbanos dela decorrente, foi a transição política para o que denominou por abordagem “administrativa”, um processo que se iniciou na década de 1960 e que alcançou sua força maior nas formas de ação iniciadoras e “empreendedoras” nas décadas de 1970 e 1980, tornando-se um paradigma ainda hoje fortemente disseminado na linguagem política. Isso significa que, com a mobilidade do capital, das indústrias e das pessoas, os governos urbanos começaram a assumir uma postura de maior abertura aos negócios, visando atrair fluxos de produção, financeiros e de consumo de alta mobilidade e flexibilidade para seu espaço.

Em um cenário de evasão industrial e concorrência global de lugares, a governança urbana deveria promover o “cenário” ideal para determinados investimentos. Se a ideia do administrativismo urbano era controlar e organizar as iniciativas individuais de negócios, no empreendedorismo urbano a ideia era criar as oportunidades para que essas iniciativas prosperassem sem entraves financeiros e obstáculos legais. É possível dizer que a política de governança ou gerencial não apenas modificou a forma de relacionamento da política com as forças econômicas; no limite, o que se processava era a transformação da política e sua subordinação aos interesses econômicos das grandes empresas e do livre mercado. Emergia uma expressão ou símbolo do empreendedorismo urbano, a chamada parceria público-privada, cujo sentido maior afirmava “que a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego” (Harvey, 2005, p.172).

³ Podemos citar o Programa Cidades Médias, implantado em 1974, que possibilitou a construção de parques industriais em cidades do interior, através de empréstimos municipais, e que oferecia isenção de impostos, taxas municipais, terrenos, etc, as industriais que se instalassem nessas cidades.

⁴ Os principais eixos rodoviários responsáveis pela dispersão industrial da capital paulista foram a Via Dutra, a Anhanguera e a Castelo Branco (LENCIONI, 1998, p. 202).

Se, como Harvey mostrou em seus estudos, a governança urbana passava a assumir a forma empreendedora, o que significava abrir a cidade aos mais diversos interesses econômicos, bem como oferecer oportunidades ilimitadas a iniciativa privada, o planejamento urbano, entendido como instrumento capaz de orientar o crescimento urbano, teve que passar por mudanças significativas. Como aponta os estudos de Vainer (2000), o tradicional padrão tecnocrático-centralizado-autoritário de planejamento urbano cedeu lugar ao que ele chama de planejamento estratégico. Para o autor, após os anos 80 do século XX, com a reestruturação produtiva da economia e dos mercados, uma das ideias mais populares e difundidas entre os neo-planejadores urbanos foi a de que a cidade havia-se tornado uma mercadoria a ser vendida em um mercado extremamente competitivo, o que explicaria a ascensão do *marketing* urbano como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão das cidades. Dessa forma, para promover a “venda” das cidades, principalmente, ao capital internacional e a usuário solventes, o planejamento urbano deveria orientar-se pela lógica do mercado, e o modelo da empresa privada transposto para o plano urbano:

No modelo modernista, o que seduziu e inspirou os urbanistas na empresa foi a unidade de produção: são os princípios de organização da produção que são transpostos para o plano urbano. Agora, os neoplanejadores se espelham na empresa enquanto unidade de gestão e negócios. Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a *regra* e o *modelo* do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. É o próprio sentido do plano, e não mais apenas seus princípios abstratos, que vem do mundo da empresa privada (VAINER, 2000, p. 86, grifos do autor)

Isso significa que paralelamente a dispersão urbana, a visão neoliberal de planejamento foi ganhando mais espaço nos sistemas político e cultural, o que proporcionou a diminuição do Estado como promotor do planejamento urbano e o uso de seus antigos modelos, e a hipertrofia da iniciativa privada na construção do espaço urbano. É importante ressaltar no curso de formação do espaço global, a concepção de mundo neoliberal enfatizou – e ainda enfatiza –, as inerentes virtudes do mercado livre (que não apenas se autorregularia, como também seria *por si mesmo* virtuoso, eficiente, produtivo, rentável, gerador de empregos e riquezas), contrapondo-as as debilidades da ação econômica estatal, sempre apontada como ineficiente, improdutivo, perdulário, corrupto. A afirmação cultural dos valores e virtudes da ação econômica empreendedora e, posteriormente, a materialização das ideias neoliberais em ações econômicas e políticas, que geraram as políticas de privatização e esvaziamento das funções públicas do Estado, também

influenciaram na decadência dos espaços modernos de integração social, como as ruas e os parques. O declínio do espaço comum e público potencializou o processo econômico e político de valorização dos espaços privados construindo forças econômicas privadas como os shoppings, os parques temáticos, as arenas multiuso. Progressivamente, foram se alterando a relação entre o público e o privado, entre os espaços públicos de uso coletivo e os espaços privados de uso comum.

Como assinala Reis (2006), a construção do espaço urbano pela iniciativa privada tem propiciado uma nova modalidade de tecido urbano. Esse novo tecido urbano é marcado por áreas isoladas do tecido urbano tradicional, o que acarreta descontinuidades entre os espaços sociais: não apenas entre os bairros e os distritos surgem intersecções e obstáculos, mas também os grandes empreendimentos privados deixam de ter conexões com as áreas ao redor ou transformam áreas degradadas em projetos temáticos privados. Os empreendimentos incluem espaços de uso coletivo, infraestrutura, serviços, em oposição ao sentido ocupacional anterior, no qual cabia a iniciativa privada apenas o loteamento. Outra característica apontada por Reis é que a nova urbanização empreendida pela iniciativa privada apresenta uma diversificação de tratamento urbanístico que os destaca do tecido urbano próximo, isso significa que são empregados padrões do urbanismo do Movimento Moderno, embora com outras finalidades. E que, embora esses empreendimentos apresentem características do tecido urbano tradicional, a relação não é mais entre espaços públicos e propriedades imobiliárias privadas, mas sim entre uso coletivo no interior de propriedades privadas, no quadro de condomínios. Reis destaca que esses empreendimentos têm assumido a forma condominial, embora inexista legislação específica para esses tipos de empreendimentos, já que eles podem incluir múltiplas finalidades e sistemas de gestão complexos⁵. E embora não se coloque contra essa nova modalidade de tecido urbano empreendida pela iniciativa privada, Reis (2006) aponta que o resultado desse novo padrão é a fragmentação do espaço urbano, através dos múltiplos recortes entre diferentes empreendimentos sob a forma condominial, cujos condomínios residenciais horizontais dão exemplos, mas não são os únicos.

Para finalizar, outro aspecto da globalização econômica que deve ser mencionado é a questão das mudanças processadas no interior dos Estados-nação. A integração das economias, e a consequente transformação territorial desse processo, não ocorreram sem que a política e os Estados-nacionais tenham passado por profundas transformações. De acordo com Zolo (2006, p. 47), a livre circulação planetária dos fatores da produção implicou na liberação do nacionalismo econômico, na regulação política mínima dos processos produtivos e dos intercâmbios comerciais,

⁵ A legislação brasileira (lei 4.951) que normatiza os empreendimentos condominiais é de 1964, o que gera um descompasso entre as formas de empreendimentos construídos nesse período, cuja lei procurou disciplinar, e os empreendimentos atuais, muito mais complexos quanto à gestão e ao tamanho, e cuja lei já não é capaz de discipliná-los totalmente.

A emergência dos condomínios residenciais fechados, globalização econômica e as transformações do espaço urbano

na desregulamentação que eliminasse todo impedimento ao impulso criativo das forças do mercado global, incluídas as fronteiras dos estados nacionais e, ao final, até sua mínima soberania.

Sem dúvida, o processo de globalização econômica foi acompanhado da ascensão do neoliberalismo político, que previa uma política de controle nacional mínima as transações comerciais, e a abertura ao mercado, através das privatizações, de setores antes controlados pelo Estado. Um processo simultaneamente cultural (valores e princípios oriundos da economia de livre mercado), econômico e político (diretrizes e programas impostos pelas missões econômicas que eram enviadas aos países endividados ou arruinados por crises econômicas e guerras) coordenado pelas agências econômicas internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), e o BIRD (Banco Internacional para o Desenvolvimento).

É importante estabelecermos uma conexão de sentido entre a debilidade do Estado-nação na era global – no controle das ações econômicas e das fronteiras, na construção de valores comuns compartilhados pelos cidadãos, nas revoluções da identidade pessoal oriunda dos diversos processos de individualização, na formação de uma sociedade baseada em uma concepção comum de destino – e o fortalecimento das ações públicas de repressão e punição para os crimes de rua. As diversas mudanças ocorridas no Estado Social gera uma mutabilidade da soberania e da natureza da política que, na análise sociológica de Wacquant (2011), estaria simbolizada na passagem do Estado Social para o Estado Penal. Esta passagem teria sido desenvolvida no último quartel do século XX nos Estados Unidos e disseminada mundialmente pela *doxa* punitiva neoliberal, necessária e tributária ao desfacelamento do Estado Social, “pois à atrofia deliberada do Estado Social corresponde a hipertrofia distópica do Estado Penal: a miséria e a extinção de um têm como contrapartida direta e necessária a grandeza e a prosperidade insolente do outro (WACQUANT, 2011, p. 88).

A insegurança social gerada pela política econômica passou a ser contornada pela segurança criminal através de uma política penal voltada para a prisão e a punição das classes economicamente e etnicamente marginalizadas. O resultado dessa nova política criminal nos Estados Unidos e na Europa é a expansão do sistema carcerário, dos gastos públicos destinados à construção e funcionamento das prisões, criação de dispositivos panópticos de vigilância e tutela - como banco de dados informatizados, reprodução da miséria econômica; mas principalmente, no plano simbólico, a criminalização e estigmatização da pobreza e de grupo étnicos e, conseqüentemente, o aprofundamento da segregação urbana, pois a política neoliberal penal tende a agravar a reprodução da pobreza, cujos membros o sistema carcerário sequestra, e a cultura da desconfiança

dos outros⁶. A ênfase na punição pressupõe a criação de categorias socialmente perigosas e a disseminação do medo, o que agrava à criação e o crescimento dos condomínios residenciais fechados que representam uma forma de “solução *privada* para o problema da insegurança (...) e que tem por principal efeito propagar e intensificar a violência” (WACQUANT, 2011p. 12), ao invés de minimizá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência dos condomínios fechados revela uma nova forma de urbanismo e de convivência entre os grupos e as classes sociais. Se por um lado, a forte oferta de condomínios certamente responde a uma demanda socialmente existente – por segurança, por medo, pelo distanciamento da vida sempre mais intensa e nervosa, pelo desejo de pertencer a uma comunidade de iguais, por privacidade –, por outro lado, revela uma morfologia social que redefine radicalmente o sentido tradicional da cidade moderna.

O poder público retira-se cada vez mais da esfera social, e em contrapartida, há o aumento da exaltação e da hegemonia da iniciativa privada como ente capaz de dar soluções para os sempre mais complexos problemas urbanos. Nesse contexto, e combinado com o desejo das classes médias e altas por segurança, exclusividade e tranquilidade, o mercado imobiliário multiplica o lançamento dos empreendimentos que geram enclaves no tecido urbano.

Assim, no limite, a dimensão pública e democrática da cidade é colocada em risco por esses empreendimentos, pois a diversidade, o contato e as diferenças, inerentes a constituição de um espaço urbano civilmente pensado, tendem a ser suprimidos, o que pode agravar ainda mais a sensação de insegurança e os conflitos sociais.

REFERÊNCIAS

AMENDOLA, Giandomenico. **La Ciudad Postmoderna**: magia y miedo de la metrópolis contemporânea. Celeste Ediciones: Madrid, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

⁶ Não buscamos entrar no mérito do aumento quantitativo ou não do número de crimes ou da criminalidade. Chamamos a atenção aqui para o aumento simbólico da violência, propiciado, principalmente, pelos meios de comunicação de massa, e pelos discursos políticos, ao criminalizar movimentos sociais, por exemplo, que produz uma sensação de insegurança generalizada, que pode ou não encontrar respaldo objetivo.

A emergência dos condomínios residenciais fechados, globalização econômica e as transformações do espaço urbano

BIZZIO, Michele Rodrigues. **Condomínios residenciais fechados: a urbanização do Grupo Encalco Damha em São Carlos - SP.** 2015. 151 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2015.

CACCIARI, Massimo. **A cidade.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2010.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Ed. 34, 2000.

HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: _____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005. p. 163-190.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Org(s)). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1998. p198-210.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano.** São Paulo: Via das Artes, 2006

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In.: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p75-103.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da Miséria.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ZOLO, Danilo. **Globalización: un mapa de los problemas.** Bilbao: Mensajero, 2006.